

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 4.130, DE 2001

Altera dispositivos da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais.

**Autor:** Deputado ORLANDO FANTAZZINI

**Relator:** Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Orlando Fantazzini, pretende alterar e incluir parágrafo único no artigo 17 da Lei nº 3.688, Lei das Contravenções Penais, de 03 de outubro de 1941, a fim de permitir que certas modalidades de contravenções nele previstas sejam persegüíveis por ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal, e não apenas através de ação penal pública incondicionada, conforme dispõe o artigo 17 do diploma referido.

São as seguintes as contravenções que, segundo o PL, teriam ação dependente de representação:

- vias de fato (art. 21);
- violação de lugar ou objeto (art. 26);
- exploração da credulidade pública (art. 27);
- desabamento de construção (art. 29);
- perigo de desabamento (art. 30);
- omissão de cautela na guarda ou condução de animais (art. 31);

- emissão de fumaça, vapor ou gás (art. 38);
- associação secreta (art. 39);
- provocação de tumulto. Conduta inconveniente (art. 40);
- falso alarme (art. 41);
- perturbação do trabalho ou do sossego alheio (art. 42);
- recusa de moeda de curso legal (art. 43);
- simulação da qualidade de funcionário (art. 45);
- exercício ilegal de profissão ou atividade (art. 47);
- exercício ilegal do comércio de coisas antigas e obras de arte (art. 48);
- matrícula ou escrituração de indústria e profissão (art. 49);
- importunação ofensiva ao pudor (art. 61);
- embriaguez (art. 62);
- bebidas alcoólicas a menor (art. 63);
- crueldade contra animais (art. 64);
- perturbação da tranqüilidade (art. 65);
- omissão de comunicação de crime (art. 66); e
- inumação ou exumação de cadáver (art. 67).

Argumenta o autor que o sistema processual penal brasileiro mostra-se está defasado, em face da realidade atual; no entender do autor, é possível que o ofendido e o ofensor possam conciliar seus interesses, deixando de haver sentido na continuidade da persecução penal.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Nos termos constitucionais, compete a este Órgão Colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do PL.

Nada a reparar quanto a esses requisitos, eis que estão satisfeitos os mandamentos constitucionais constantes dos artigos 22, I, (competência para legislar) e 61 (competência para iniciar o processo legislativo). A iniciativa não afronta Princípios Gerais de Direito; pequeno reparo deverá ser feito no que se refere à técnica legislativa, isso porque a fórmula positiva, em termos de técnica legislativa, deve ter preferência à forma negativa. Daí a necessidade de se substituir parágrafo único, a regra de exceção, por regra de comando positivo, o que é feito através de Substitutivo.

Quanto ao mérito, temos que é de toda oportunidade a alteração proposta, que, por certo, além de possibilitar a composição entre as partes, contribuirá para a diminuição dos feitos judiciais, de pequena relevância penal.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, na forma do Substitutivo, do PL nº 4.130, de 2001, e, no mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputado JOSÉ ROBERTO BATOCHIO  
Relator